



**MEMÓRIAS E RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE DE RIBEIRÃO DOS  
PAPELEIROS: UMA HISTÓRIA DE LUTA PELA GARANTIA DOS DIREITOS  
QUILOMBOLAS**

Juliana Oliveira Gonçalves<sup>1</sup>  
Wallace Juan Teixeira Cunha<sup>2</sup>

**INTRODUÇÃO**

O presente trabalho objetivou-se a estudar uma das comunidades quilombolas que compõem o trio da Batalha (conjunto de comunidades quilombolas na cidade de Vitória da Conquista – BA, que incluem: Ribeirão do Paneleiro, Batalha e Lagoa do Arroz), trazendo à tona seu aspecto histórico, suas resistências e suas conquistas na luta pela legitimação de suas terras e dos seus costumes.

Inicialmente, discutiremos a formação do conceito de quilombo no Brasil, posteriormente será apresentando um breve histórico de como ocorreu o processo de legitimação das terras dessa comunidade e por fim será relatado a memória, as lutas, e os costumes que ainda prevalecem dos descendentes indígenas.

Antes de adentrar ao estudo específico da comunidade faz-se necessário trazer a definição de quilombos dentro do contexto histórico em que eles se desenvolveram. De acordo com a definição trazida pelo Centro Bernard e Audre Rapoport para Direitos Humanos e Justiça da Universidade do Texas os Quilombos se caracterizam como sendo “comunidades nascidas de uma história de resistência escravista em que muitos escravos, no começo e meio do século XIV (estágio inicial da colonização portuguesa), fugiam dos cativeiros, em sua maioria para áreas remotas formando milhares de quilombos em todo Brasil”.

Para garantia de seus direitos e fortalecimento da sua cultura, a comunidade Ribeirão dos Paneleiros se reuniu e fundou em 9 de junho de 2006 a Associação de Agricultores Familiares da Comunidade Remanescente de Quilombo do Ribeirão do Paneleiro e Batalha

1 Bacharelada em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. Endereço eletrônico: juliana020695@hotmail.com

2 Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Coordenador do projeto de extensão “Suspiro do Barro”. Endereço eletrônico: wallacejtcunha@hotmail.com



e poucos dias após, foi certificada pela Fundação Cultural Palmares - FPC, por meio da Certidão Expedida às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs), o que ocorreu em 28 de julho de 2006. Tal certificação tem o amparo legal dado pela “Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto Nº 5.051/2004”.

Apesar da existência da legislação que legitima as terras dessas comunidades, a estagnação de algumas das etapas conduzidas pelo INCRA<sup>3</sup> (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e os casos de produtores rurais que ingressam com ações judiciais para impedir a desapropriação, são entraves que obrigam as comunidades a permanecerem em situação de dificuldade de subsistência, violência e preconceito.

## OBJETIVOS

Analisar a formação histórica da comunidade remanescente quilombola de Ribeirão dos Paneleiros, que ainda resiste a conflitos e luta para ter protegida o seu direito a propriedade, a fim de manter viva sua memória, suas crenças e seus costumes.

## METODOLOGIA

Para a viabilidade da pesquisa, utilizamos principalmente, a rede de transmissão oral a fim de ter acesso às informações e memórias da comunidade.

Para além da rede oral, foi utilizado foram realizadas pesquisas em sítios de busca e em artigos científicos a fim de ter um embasamento teórico sobre o assunto estudado e sobre a legislação existente acerca do tema.

## RESULTADOS

---

3 Instituto competente para a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, conforme Decreto nº: 4887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm) Acesso: 15 setembro 2016.



É inegável a descendência indígena na Comunidade de Ribeirão dos Papeleiros; É incontestada a importância que a comunidade possui para a cidade de Vitória da Conquista enquanto patrimônio histórico cultural; É incontável que o Direito nem sempre é instrumento de Justiça, e indubitavelmente, que precisamos nos preparar melhor para atender as demandas sociais que clamam por igualdade e Justiça.

A pesquisa realizada na comunidade de Ribeirão dos Papeleiros nos chama para uma importante reflexão acerca do papel da universidade frente a realidades como essa. É imprescindível reconhecer o valor do conhecimento popular para a compreensão da história contemporânea e de que forma essas questões se adequam no âmbito jurídico, também o quanto o conhecimento popular é essencial para a pesquisa científica, de modo que consegue promover o intercâmbio de saberes entre alunos e mestres populares que somente a universidade não consegue sozinha alcançar as comunidades que se externalizam a ela.

É relevante trazermos à tona discussões como essa, no sentido de promover uma justiça igualitária que atendam aos anseios de todos os grupos sociais, potencializando de maneira eficiente os aparelhos jurídicos para que de fato, a Justiça se torne justa e igualitária para todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acerca do disposto fica claro a ineficácia dos dispositivos legais existentes, que em sua essência deveriam ser capazes de garantir a preservação, manutenção, perpetuação das comunidades indígenas e quilombolas, sua cultura, crenças, modo de vida, a fim de preservar suas raízes fruto de miscigenações que as tornam únicas e insubstituíveis.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do



Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm) Acesso: 20 setembro 2016.

CENTRO BERNARD E AUDRE RAPOPORT PARA DIREITOS HUMANOS. **Entre o direito e as suas terras**: A luta das comunidades quilombolas pelo seu direito à terra. Disponível em: [http://www.cpisp.org.br/acoes/upload/arquivos/Quilombo\\_Report\\_Summary\\_Final\\_Trad\\_.pdf](http://www.cpisp.org.br/acoes/upload/arquivos/Quilombo_Report_Summary_Final_Trad_.pdf) Acesso: 20 setembro 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Bahia**: Vitória da Conquista, 2016. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=293330> Acesso: 10 setembro 2016.

O'DWYER, Eliane Cantorino. Introdução - os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'DWYER, Eliane Cantorino (Org.). **Quilombos** – identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Fundação FGV, 2002. p, 18-19.

OLIVEIRA, Renata Ferreira de. **Nas trilhas da memória**: Identidade e História Indígena no Planalto da Conquista (Século XX). Disponível em: <http://anpuhba.org/wp-content/uploads/2013/12/Renata-Ferreira-de-Oliveira.pdf>. Acesso: 14. Jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Batalha**: Memória e Identidade Indígena no Planalto da Conquista. Monografia de finalização de curso, UESB, Vitória da Conquista, 2009.

PACHECO, Tania. 2007. "Inequality, Environmental Injustice, and Racism in Brazil: Beyond the Question of Colour". In: **Development in Practice**. Aug.2008, Vol.18(6). Versão em português disponível em [http://racismoambiental.net.br/?page\\_id=169061](http://racismoambiental.net.br/?page_id=169061), sob o título "Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor". Acesso: 15 abril 2016.

SOUSA, M.A.S. **A Conquista do Sertão da Ressaca**: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista. UESB, 2001.